



Antibairrismo

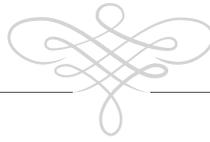
A noção de bairrismo é uma dessas noções que faz parte do património da língua portuguesa e que é difícil traduzir, adequadamente e sem perda, para outras línguas. Ainda que à partida essa noção pareça remeter, muito simplesmente, para uma forma de apego ou dedicação a um bairro, a verdade é que o fenómeno do bairrismo não parece ter difusão universal; pelo contrário: parece ser um desses fenómenos cujas características próprias têm por origem um quadro circunscrito de factos e acontecimentos históricos e que apenas uma língua consegue expressar plenamente, em todos os seus sentidos.

Ora, se nos ativermos à descrição aparentemente benigna de bairrismo como forma de apego ou dedicação a um bairro (como interesse por aquilo que é próximo ou contíguo, por aquilo que se passa no espaço da vizinhança, etc.), pode não ser à partida claro como é que tal fenómeno gerou adversários ou a contestação que se expressa na fórmula “antibairrismo”. O apego bairrista tem, se lido neste sentido, uma aceção positiva e, sendo assim, poderia até ser entendido como uma forma espacialmente limitada mas socialmente desejável e vantajosa de interação com os vizinhos. Porém, acontece que, sob a alçada desta definição preliminar e vaga, o bairrismo assumiu, ao longo do tempo, expressões, práticas e aceções muito diversas entre si. As diversas críticas que, como veremos, foram dirigidas ao bairrismo tiveram precisamente essas expressões, práticas e aceções como alvo.

Importa desde já assinalar que, tal como o bairrismo não é um fenómeno estático, também o antibairrismo não deve ser entendido como uma frente organizada que, de um só golpe e ao longo do tempo, se opõe à totalidade das expressões, práticas e aceções que decorrem do bairrismo. Na verdade, não parece ser sequer possível dizer que haja um antibairrismo; é mais exato dizer, como se verá na continuação, que há diversos antibairrismos. De facto, cada antibairrismo centrou de cada vez o seu ataque ao bairrismo num aspeto particular – numa aceção de bairrismo, num dado ponto de vista que decorre do bairrismo, numa dada prática que o bairrismo veio a adotar, etc. –, de tal modo que não é possível identificar o antibairrismo como um movimento uno, que manteve a sua coesão ao longo do tempo, etc.

Assim, aquilo que se irá encontrar neste artigo será, mais do que propriamente uma história do bairrismo e dos seus adversários, um conjunto de pistas que abrem aos diversos ângulos a partir dos quais o bairrismo foi visado e que constituíram a base dos ataques que veio a sofrer. E o primeiro desses ângulos começa a revelar-se se se atender ao seguinte.

Não é de modo nenhum evidente que da mera existência de bairros decorra, como correlato ou consequência imediata, o bairrismo. Quer dizer: na aceção original da palavra, bairrista era todo aquele que tinha um papel no bairro – e, assim, o bairrista estava para o bairro como o freguês para a freguesia, o vizinho para a vizinhança, etc. Porém, a noção evoluiu: bairrista não é aquele que tem um qualquer papel no bairro (o que poderia resultar de uma relação contingente, acidental e eventual com o bairro) mas é, mais do que isso, aquele que atribui a um bairro o estatuto de entidade com significado próprio.



Aquilo que estamos a procurar sublinhar fica mais claro se se tiver em conta que há um profundo desencontro entre a história dos bairros e a história do bairrismo; que dos primeiros bairros não decorre instantaneamente bairrismo; que o bairrismo é um fenómeno muito posterior aos primeiros bairros. Fica mais claro se se notar que nem todos os bairros parecem gerar fenómenos de bairrismo; aparentemente, uns bairros são mais propícios do que outros. E, por fim, fica mais claro se se notar também que o núcleo do bairrismo nem sequer passa, no limite, por entender o bairro nos seus limites de divisão administrativa, mas que pode perfeitamente acontecer que o que se entende por bairro seja algo que exceda tais limites ou, pelo contrário, algo que fica aquém desses limites (que se limita a umas quantas ruas, a uma zona particular e circunscrita, etc.).

Em suma: quando falamos de bairro, no sentido que lhe dá o bairrismo, falamos de algo com identidade própria, com características próprias, típicas, distintivas, etc. É talvez essa uma das razões por que bairros com características mais marcadas são mais propícios a gerar bairrismo – são bairros com forte componente histórica, cultural e tradicional, que os identifica e os distingue de todos os outros.

Mas isto ainda não é suficiente para compreender o bairrismo e os seus adversários. Para isso, é preciso mencionar um outro fator fundamental: o fator da identidade cultural.

O que caracteriza o bairrista não é apenas o facto de ter um dado papel num bairro com qualidades e propriedades distintivas; é o laço identitário que o une a esse bairro. Por outras palavras: é o facto de a identidade do bairro ter um grande peso na sua identidade própria, de tal modo que adota como sua a identidade do bairro – não apenas incorporando característi-

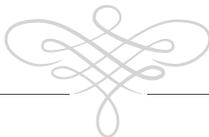
cas do bairro, privilegiando as vivências do bairro e os interesses locais, as associações locais, etc., mas também tornando-se seu advogado, assumindo a sua defesa.

Ora, o primeiro ataque antibairrista a que queremos dar atenção decorre justamente daqui. E a crítica conduzida pelo antibairrismo passa essencialmente por três aspetos.

Em primeiro lugar, o antibairrismo assinala que não está em jogo apenas uma mera comemoração ou uma mera exaltação das características de um bairro; o que está em jogo será, mais propriamente, uma hiperbolização dessas características – *i.e.*, a sobrevalorização desproporcionada de um conjunto de traços ou qualidades que, em si mesmos, não terão o valor superlativo que lhes é atribuído. Certas críticas antibairristas sugerem até que a forma de exagero bairrista é fruto de sentimentos de inferioridade – e,

Rua das Farinhas, de Roque Gameiro (1864-1935).





sendo assim, o bairrismo não seria senão um inflacionar de qualidades ou características de valor diminuto.

Em segundo lugar, e mesmo se ou quando motivado por um interesse de fortalecer as relações entre os habitantes do bairro, o bairrismo tem sempre um *quantum* de exclusão de todos os que não são do bairro. Quer dizer: mesmo num sentido positivo, de integração, o núcleo do bairrismo nunca deixa de ser composto de centramento e exclusividade – no caso, um centramento que exclui todos aqueles que não são do bairro, que não partilham as suas vivências, para quem o bairro não tem este significado central, etc. Em certos casos, a exclusão pode até ir mais longe e pode passar por não aceitar a presença no bairro daqueles que não são do bairro ou não têm no bairro a sua raiz – o que vale ao bairrismo a crítica de ser uma modalidade de resistência à mudança, de tradicionalismo, de conservadorismo ou, no limite, de xenofobia.

Em terceiro lugar, decorre dos dois aspetos anteriores um fator de conflito. Assim, a conjugação do aspeto do centramento e da exclusão do outro com o aspeto da exaltação e comemoração das características de um bairro conduz a que os mais diversos bairrismos se constituam em adversários entre si. Quer dizer: conduz a casos ou a eventos em que dois bairrismos de naturezas similares se confrontam, procurando fazer prevalecer o seu bairro sobre outro (e, na verdade, sobre todos os outros).

O exemplo paradigmático deste aspeto do bairrismo são as marchas populares. As marchas populares têm origem na déc. de 30 do séc. XX e a ideia que as origina terá por base três ou quatro objetivos mais ou menos declarados: por um lado, a constituição de um concurso semelhante aos concursos de ranchos populares; por outro, a comemoração dos

santos populares; por outro lado ainda, havia aí uma certa evocação das marchas militares, em especial as *marches aux flambeaux*, etc. Em suma: correspondiam a uma ação e expressão de propaganda salazarista e, portanto, estavam integradas num programa de legitimização de um modelo ruralista, localista e nacionalista, que se afirmava e se reproduzia através de usos e costumes da cultura popular.

Ora, há sinais na sociedade portuguesa de um certo antibairrismo que acentua e que critica precisamente os aspetos que agora vemos. A saber: por um lado, critica ao bairrismo a sua história, *i.e.*, o facto de o bairrismo e uma das suas expressões mais populares terem cunho salazarista; por outro lado, critica ao bairrismo o facto de corresponder a uma demarcação territorial restritiva e portanto, à escala, o facto de corresponder a uma variante cultural do protecionismo.

Estes avanços permitem-nos dar conta de uma outra aceção de bairrismo – e, na sequência, de um novo ataque antibairrista que nos interessa, ainda que de forma muito breve, mencionar.

Há uma aceção que fala de bairrismo, de forma figurada, para significar uma estrita e redutora ligação a uma fação. O que está em causa nesta aceção de bairrismo é ainda a forma de centramento que vimos atrás – neste caso concreto, a consequência é o horizonte estar reduzido aos limites da fação, de tal modo que não se considera e que se desvaloriza todo o horizonte para lá da fação ou que se adere, de forma acrítica, às ideias, aos valores, etc., de uma fação.

Há múltiplos casos de bairrismos desta natureza: religiosos, culturais, desportivos, partidários, etc. O que mais vezes terá sido visado pelo antibairrismo foi uma certa ligação conformista, provinciana e etnocêntrica à terra ou ao país de origem. A crítica antibairrista, neste sentido,



passa pela adoção das teses do interculturalismo ou do multiculturalismo, do cosmopolitismo e, em especial a partir do final do séc. xx, passa por contestar estas formas de bairrismo através das teses, dos processos e dos efeitos da globalização.

Bibliog.: CARVALHO, Ruben de, “A vertente política e a vertente popular das festas de Lisboa”, in CARVALHO, Ruben de *et al.*, *Festas de Lisboa: Relatório da Comissão Consultiva das Festas de Lisboa de 1990*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 26-55; CORDEIRO, Graça Índias, *Um Bairro no Coração da Cidade: Um Estudo Antropológico sobre a Construção Social de Um Bairro Típico de Lisboa*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, texto policopiado, 1995; *Id.*, “Territórios e identidades: sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa”, *Revista de Estudos Históricos*, n.º 28, 2001, pp. 125-142; *Id.*, “Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista e pitoresca”, *Sociologia*, n.º 13, 2003, pp. 185-199; *Id.*, “Marchas populares de Lisboa”, in CASTELO-BRANCO, Salwa (ed.), *Enciclopédia de Música em Portugal no Século XX*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 741-743; *Id.*, e COSTA, António Firmino da, “Bairros: contexto e intersecção”, in VELHO, Gilberto (ed.), *Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999, pp. 58-79; COSTA, António Firmino da, “Identidades culturais urbanas em época de globalização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 48, 2002, pp. 15-30; *Id.*, *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, 2.ª ed., Lisboa, Celta, 2008; ESTANQUE, Elísio, *Cultura Popular e Ideologia Estatal na Produção de Consentimento*, Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais, 1995; FORTUNA, Carlos, “As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais”, in SANTOS, M. Lourdes Lima dos (coord.), *Cultura e Economia – Actas do Colóquio Realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp. 209-230; MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

BRUNO VENÂNCIO

Antibandarrismo

É difícil encontrar, na história da cultura portuguesa, um autor tão “desfigurado” como Gonçalo Anes, o Bandarra, e um texto tão requisitado e manipulado como as trovas que escreveu, ou que lhe foram atribuídas. E falar das *Trovas* – ou da sua contestação e oposição – continua a implicar que se enfrente um problema de monta, que tem a ver com a dificuldade em determinar qual teria sido, de facto, o texto escrito pelo sapateiro beirão e que foi lido e analisado pelo Tribunal do Santo Ofício no processo inquisitorial ultimado em 23 de outubro de 1541. Aliás é neste processo – e nos que lhe são arrolados – que encontramos as notícias mais seguras sobre o autor e o texto: Gonçalo Anes confessa que durante oito ou nove anos lera uma Bíblia que lhe emprestara um escudeiro natural de Trancoso chamado João Gomes de Grão e, por ter muito boa memória, retivera as partes principais. O seu jeito natural para fazer trovas levou-o a escrever, pelos anos de 1529 e 1530, umas “em louvor de Deus e de El-Rei” que – na sua versão, sem razões que o justificassem – teriam despertado o interesse e alimentado as expectativas messiânicas que, por aqueles dias, grassavam intensamente na comunidade dos cristãos-novos. Nunca, durante o interrogatório, tanto quanto o processo nos permite verificar, a Inquisição põe em causa a boa fé do sapateiro nem o carácter ortodoxo dos textos que, saliente-se, tinha lido e analisado, porque, como se refere explicitamente, possuía o caderno do Bandarra em que estavam escritas as trovas e a explicação do seu sentido. Per-